

Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 24CJ8-019-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar, Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil T +55 21 3512-4100 www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Conselheiros da **Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2

and listing Dinhaw areas

Ana Cristina Linhares Areosa Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.517	2.645
Contas a receber	5	89	15
Outros créditos	6	18	13
Total do ativo circulante		3.624	2.673
Ativo não circulante			
lmobilizado	7	48	4
Total do ativo não circulante		48	4
Total do ativo		3.672	2.677

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Contas a pagar	8	12	11
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	9	107	61
Impostos e contribuições a recolher	10	28	15
Outras obrigações	11	468	43
Total do passivo circulante		615	130
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social	-	2.547	2.493
Superávit acumulado	-	510	54
Total do patrimônio líquido		3.057	2.547
Total do passivo e patrimônio líquido		3.672	2.677

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de atividades e serviços operacionais - sem restrição	13	3.673	2.258
Receita líquida de atividades e serviços operacionais - com restrição	-	25	-
Superávit bruto		3.698	2.258
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas - sem restrição	14	(3.643)	(2.475)
Despesas gerais e administrativas - com restrição	-	(25)	-
Déficit/Superávit antes do resultado financeiro		30	(217)
Receitas financeiras	-	494	279
Despesas financeiras	-	(14)	(8)
Resultado financeiro	15	480	271
Superávit do exercício		510	54

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Superávit do exercício	510	54
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	510	54

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021	1.339	1.154	2.493
Superavit do exercício	_	54	54
Transferência de superávit do exercício anterior	1.154	(1.154)	-
Em 31 de dezembro de 2022	2.493	54	2.547
Superavit do exercício	-	510	510
Transferência de superávit do exercício anterior	54	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	2.547	510	3.057

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Das atividades operacionais		
Superavit do exercício	510	54
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/		
consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	11	8
Resultado ajustado	521	62
Decréscimo (acréscimo) de ativos		
Contas a receber	(74)	60
Outros créditos	(5)	40
	(-)	
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	1	6
Salários e encargos sociais a recolher	46	5
Impostos e contribuições a recolher	13	7
Outras obrigações	425	51
Caixa gerado nas atividades operacionais	927	231
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(55)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(55)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	872	231
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.645	2.414
No final do exercício	3.517	2.645
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	872	231

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro (Associação ou Entidade) é uma associação sem fins econômicos e sem intuito político ou sectário que tem por finalidade contribuir para a formação de uma geração empreendedora, colaborando para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

A Associação tem por objetivo: a educação, divulgando os princípios da livre iniciativa para a sociedade brasileira por meio da promoção gratuita de programas educacionais para alunos de escolas de nível fundamental, básico, médio e universitário de instituições públicas e privadas e de outras instituições e entidades, preferencialmente no Estado do Rio de Janeiro.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Associação em 18 de dezembro de 2024.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação são de responsabilidade de sua administração e foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos. Também, foram observadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, bem como de acordo com a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e premissas, cujos critérios são revistos de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Entidade possui classificados em caixa e equivalentes de caixa, saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.2. Imobilizado

3.2.1. Reconhecimento e mensuração

ltens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

3.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa depreciação anual	Prazo de vida estimada anos
Computadores e periféricos	20%	5
Máquinas, equipamentos e ferragens	10%	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto auando indicado de outra forma)

3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.4. Patrimônio social

O Patrimônio social é representado pelo Superávit ou Déficit acumulados, o resultado de cada exercício desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.5. Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para Entidade. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. As receitas segundo a ITG 2002 (R1) devem ser classificadas com restrição ou sem restrição.

3.5.1. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade mensura as receitas e despesas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas e despesas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na qual a efetiva prestação de voluntariado ocorreu.

3.6. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, taxas bancárias.

3.7. Isenções fiscais

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1409/2012, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. A Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro é imune dos impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, quais são IRPJ – imposto de renda da pessoa jurídica e imposto de serviços de qualquer natureza.

3.7.1. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade é imune do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/1997 artigo 12): § 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parágrafo 2° – artigo 15. Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- (a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações (redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- (b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- **(c)** manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- **(e)** apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- **(f)** recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; (Vide ADIN nº 1802);
- **(g)** assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público; e
- **(h)** outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei n^2 9.532/1997, artigo 12, § 2^2 e artigo 15 § 2^2).

3.7.2. PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

3.7.3. Cofins e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da Cofins e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis n^{os} 9.718/98 e 10.833/03.

3.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos – sem restrição	-	51
Bancos – (Restrição - Convênios)	-	40
Aplicações financeiras – sem restrição	3.065	2.554
Aplicações financeira – com restrição	452	-
Total caixa e equivalentes de caixa	3.517	2.645

Os valores evidenciados na conta caixa e bancos – sem restrição se referem aos recursos provenientes dos patrocinadores em conta corrente. Os recursos mantidos na conta banco – com restrição são oriundos da parceria com setor público, conforme definição da ITG 2002 (R1). Neste contexto, a parceria vigente é denominada por Produtor Cultural, regida pela Lei Municipal do Rio de Janeiro nº 5.553/13.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, remuneradas por um percentual de 119% em 31 de dezembro de 2023 (119% em 31 de dezembro de 2022) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - Terceiros	89	15
Total contas a receber	89	15

No saldo de contas a receber encontra-se os valores a receber oriundos da prestação de serviço Educador Junior Achievement realizada em 20 de dezembro de 2023 e liquidado no início do exercício subsequente.

6. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores (a)	2	5
Adiantamento a funcionários (b)	15	-
Outros adiantamentos	-	2
Valores a recuperar (c)	1	6
Total circulante	18	13

- (a) o saldo de adiantamento a fornecedores evidencia os pagamentos antecipados aos prestadores de serviço que serão compensados no exercício seguinte;
- **(b)** o saldo de adiantamento a funcionários é relativo a adiantamento de salários, de férias, de 13º salário e de vale alimentação/refeição que serão compensados no exercício seguinte; e
- (c) os valores a recuperar são tributos pagos a maior e em duplicidade que serão compensados no exercício seguinte.

7. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12	12
Adições	11	11
Depreciação/amortização	(8)	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4	4
Adições	55	55
Depreciação/amortização	(11)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48	48
Taxa média de depreciação %	20	20

8. Contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços	12	11
Total	12	11

9. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	24	15
Provisões para férias e encargos	83	46
Total	107	61

10. Impostos e contribuições a recolher

Total	28	15
IRRF PF retido de folha	28	15
	31/12/2023	31/12/2022

11. Outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Cartão de crédito corporativo a pagar (a)	16	3
Convênios/contratos públicos a executar (b)	452	40
Total	468	43

- (a) a conta Cartão de crédito corporativo a pagar registra os dispêndios realizados para o pagamento de despesas com Lanches/Refeição, Passagens aéreas e terrestres, hospedagens, aluguel de aplicativos e licenças, como: adobe, Google Cloud, Creative Cloud ALL Apps e vales presentes; e
- **(b)** a conta Convênios/contratos públicos a executar, consiste em 02 (dois) Termos de Compromisso. O primeiro deles é o Termo de Compromisso Produtor Cultural Edital nº 01/2021 que foi firmado com a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Tem por objetivo incentivar o projeto cultural denominado Desafio JARJ: Jovens Inovando e Produzindo Cultura. O projeto visa contemplar até 40 escolas públicas com cerca de 2.300 jovens do ensino fundamental e médio por meio da metodologia "aprendendo-fazendo" de forma a proporcionar uma experiência prática na criação com inovação. Este Termo foi assinado em 09 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 40.000,00.

O segundo refere-se ao Termo de Compromisso: Projeto Miniempresa: Jovens inovando e produzindo cultura (incentivo fiscal do ICMS), que visa proporcionar uma experiência prática em negócios através da organização e da operação de uma empresa. É desenvolvido em 15 semanas, nas instituições de ensino, em especial as da rede pública de educação básica, onde os assistidos recebem conteúdo teórico e prático para criação de uma miniempresa, com conceito de livre iniciativa, mercado, comercialização e produção. Os públicos-alvo são adolescentes e jovens entre 15 a 18 anos. Este Termo foi assinado em 15 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 416.666,67.

12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido das entidades sem fins lucrativos engloba o patrimônio social, composto pelos resultados dos exercícios anteriores e do exercício findo, os quais devem ser incorporados por não haver possibilidade de distribuição de qualquer parcela, sendo aplicado em suas finalidades estatutárias como preceitua o artigo 14 do CTN – Código Tributário Nacional.

13. Receita líquida das atividades e serviços operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com captação de recursos	3.059	1.590
Receita de serviços voluntários - administrativo	96	80
Receita de serviços voluntários - projetos	518	588
Receita de parcerias/contratos públicos - com restrição	25	-
Receita operacional	3.698	2.258

14. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(1.146)	(643)
Utilidades e serviços	(10)	(12)
Serviços de terceiros	(670)	(237)
Depreciação	(11)	(8)
Materiais e outros	(13)	(8)
Serviços voluntários - administrativo – Nota Explicativa nº 14.1	(96)	(80)
Serviços voluntários - projetos - Nota Explicativa nº 14.2	(518)	(588)
Gastos com projetos	(697)	(664)
Outros	(482)	(235)
Projeto Jovens Inovando e Prod. Cult WOC 572/01/2021 - Serviços de Terceiros -		
Com Restrição	(19)	-
Projeto Jovens Inovando e Prod. Cult WOC 572/01/2021 - Materiais e Outros -		
Com Restrição	(1)	-
Projeto Jovens Inovando e Prod. Cult WOC-572/01/2021 - Outros -		
Com Restrição	(5)	-
Total	(3.668)	(2.475)

14.1. Serviços voluntários - administrativo

	31/12/2023	31/12/2022
Presidente	(6)	(6)
Vice-presidente	(6)	(6)
Conselho fiscal	(18)	(12)
Conselho administrativo	(54)	(56)
Auditoria contábil	(12)	-
Total	(96)	(80)

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Serviços voluntários - projetos

	31/12/2023	31/12/2022
Mentoria	(301)	(474)
Produção	(13)	(105)
Aplicador	(204)	(9)
Total	(518)	(588)

As despesas com voluntários evidenciam as atividades não remuneradas por pessoas físicas que dedicam seu tempo para colaborar com a missão social da entidade e em conformidade com a Lei nº 9.608/1998 e a ITG 2002 (R1) os valores são reconhecidos como se ocorresse o desembolso.

15. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	494	279
Total	494	279
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(2)	(2)
Outros juros, multas e atualizações	(12)	(6)
Total	(14)	(8)
Resultado financeiro	480	271

* * *